

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.534, DE 2006 (MENSAGEM Nº 354/2006)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004.

Autora: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Deputado Neucimar Fraga

I - RELATÓRIO

Cuida-se de apreciar a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e o mérito do Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes”.

Nos termos da Exposição de Motivos que acompanha o texto do referido ato internacional, da lavra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, “o mencionado Acordo tem por objeto o intercâmbio de experiências, informações e demais formas de cooperação em matéria de controle de fluxos migratórios, com o fim de promover a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de migrantes. O Acordo prevê cooperação na área de formação teórica e prática em matérias diretamente relacionadas com o controle de estrangeiros e a circulação de pessoas, visitas técnicas de funcionários e

intercâmbio de informações e de experiências para efeitos de prevenção de fluxos migratórios irregulares.”

Conforme relatado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, “para atingir os objetivos pactuados, o art. 2 do Acordo prevê que as Partes cooperarão em matérias diretamente relacionadas com o controle de estrangeiros e o tráfico de pessoas, tais como: sistemas jurídicos e práticas processuais; sistemas de informática, com ênfase em bancos de dados e fluxo de informações; documentação falsa; e procedimentos para detecção de pessoas em situação migratória irregular.

De acordo com o art. 3, as Contratantes acordam trocar experiências referentes aos procedimentos de fiscalização migratória nos postos mistos e seus controles móveis de fronteira.

Segundo o art. 4, serão efetuadas visitas técnicas de funcionários ou pessoas em serviço nos respectivos órgãos, em especial nos postos de fronteira.

Por sua vez, o art. 5 estatui que os Estados procederão ao intercâmbio de informações e experiências, com o objetivo de prevenir fluxos migratórios irregulares e de combater organizações criminosas que atuam no tráfico ilícito de pessoas. Para atingir essa finalidade, canais privilegiados de comunicação serão estabelecidos, com recurso às novas tecnologias, em particular o correio eletrônico. Importante destacar que o intercâmbio de informações observará a legislação interna das Partes, que regula a proteção de dados pessoais e da privacidade.

Como autoridades responsáveis pela execução do Acordo, são nomeados: a) pela República Federativa do Brasil, o Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça e a Coordenação-Geral de Polícia de Imigração (CGPI), do Departamento de Polícia Federal; b) pela República da Guatemala, a Direção-Geral de Migração do Ministério de Governo, e a Direção- Geral de Assuntos Consulares e Migratórios do Ministério das Relações Exteriores.

As eventuais controvérsias advindas do presente Acordo serão resolvidas por entendimento direto entre as autoridades responsáveis por sua aplicação, ou em reunião a ser convocada por via diplomática.

O instrumento internacional entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da segunda notificação, por via diplomática, do cumprimento dos requisitos de direito interno, e poderá ser revisto a pedido de qualquer dos Estados Contratantes. As eventuais alterações somente entrarão em vigor após a observância dos procedimentos de direito interno.

O texto pactuado permanecerá em vigor por tempo indeterminado, podendo ser denunciado a qualquer tempo por um dos Contratantes. A denúncia deverá ser comunicada por escrito pelos canais diplomáticos, e produzirá seus efeitos 90 (noventa) dias após a recepção da comunicação.”

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Decreto Legislativo em questão atende ao pressuposto de constitucionalidade e de juridicidade, porquanto, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

A técnica legislativa é adequada.

Passa-se à análise de mérito, a qual reclama a leitura atenta do texto do Acordo que se pretende aprovar, e que versa sobre a cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de migrantes.

Inicialmente, observa-se que o objeto do Acordo em questão, qual seja, o intercâmbio de experiências, informações e demais formas de cooperação em matéria de controle de fluxos migratórios, com o fim de promover a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de migrantes, encontra-se em sintonia com a ordem constitucional vigente, no que tange à valorização da dignidade da pessoa humana – um dos fundamentos de nossa República – e à defesa da prevalência dos direitos humanos e da cooperação entre os

povos para o progresso da humanidade (Arts. 1º, III, e 4º, II e IX, da Carta Política de 1988).

Nesse sentido, impende ressaltar que o Brasil é signatário do Pacto de San Jose da Costa Rica, que é a Convenção Americana de Direitos Humanos, e do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (Convenção de Palermo de 2000). Este último foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 231, de 29 de maio de 2003, e promulgado pelo Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004.

Finalmente, da análise dos demais artigos do Acordo, não se sobreleva qualquer ofensa a direitos e garantias fundamentais de brasileiros ou de estrangeiros residentes no País, ou qualquer outra afronta ao sistema jurídico nacional.

Diga-se a propósito o previsto no artigo 5:

“O intercâmbio de informações previsto no presente artigo observará a legislação interna de cada um dos Estados Contratantes, especialmente a relativa à proteção de dados pessoais e da privacidade das pessoas.”

À vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.534, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Neucimar Fraga
Relator